

A INCLUSÃO DA ANTÁRTICA NO CONCEITO DE ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Leonardo Faria de Mattos^{1 2}

RESUMO

A Antártica é um continente com dimensões equivalentes a 1,6 vezes o território brasileiro. Possui inúmeras riquezas minerais ainda não exploradas. É regida por um tratado internacional, pelo qual somente 29 países possuem direito a voto, sendo que sete deles possuem reivindicações territoriais ainda não reconhecidas pelos demais membros. A cooperação científica e a manutenção do continente livre de testes de armas e exercícios militares, bem como da exploração de seus recursos naturais são as conquistas mais importantes desse regime internacional. O Brasil somente aderiu ao Tratado da Antártica em maio de 1975 e se tornou membro consultivo com direito a voto a partir de setembro de 1983. Este artigo pretende apresentar um breve histórico do interesse dos Estados

1 Mestrando em Estudos Estratégicos na Universidade Federal Fluminense. Email: leonardo.mattos@egn.mar.mil.br

2 Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1), bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, professor de Geopolítica na Escola de Guerra Naval, Av. Pasteur 480, Urca, Rio de Janeiro, RJ

pela Antártica, em especial o Brasil; analisar o conceito de entorno estratégico brasileiro, que surgiu na Política de Defesa Nacional brasileira de 2005 e fazer algumas considerações sobre o significado da inserção da Antártica dentro desse conceito na nova Política Nacional de Defesa, aprovada em 2013, considerando a importância estratégica daquele continente para o Brasil.

Palavras-Chave: Antártica; Política Nacional de Defesa; Entorno Estratégico; China; Índia.

THE INCLUSION OF ANTARCTICA IN THE BRAZILIAN STRATEGIC AREA OF INTEREST CONCEPT

ABSTRACT

Antarctica is a continent with dimensions equivalent to 1.6 times the Brazilian territory. It has a great deal of mineral wealth that have yet to be explored. It's governed by an international treaty, where only 29 countries have a right to vote, although seven of them still haven't had their territorial claims recognized by the other members. Scientific cooperation and the maintenance of the agreement which keeps countries from weapons testing and military exercises in the continent, as well as the exploitation of its natural resources are the most important achievements of this international regime. Brazil only acceded to the Antarctic Treaty in May 1975 and became an Advisory member with voting rights, as of September 1983. This article seeks to present a brief history of the countries interest for the Antarctica, particularly to Brazil; analyze the concept of the Brazilian's strategic area of interest, which emerged in the Brazilian National Defense Policy in 2005 and make some considerations about the significance of the Antarctica within this concept in the new National Defense Policy,

approved in 2013, considering the strategic importance of that continent to Brazil.

Keywords: Antarctica; National Defence Policy; Strategic Environment; China; India.

INTRODUÇÃO

No dia 25 de setembro de 2013, por meio do Decreto Legislativo nº 373, foram aprovados pelo Congresso Nacional, três documentos da mais alta importância para o País, a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa (LBD), este, editado pela primeira vez na história do Brasil.

De acordo com o professor Morgenthau (2003, p.45),

[...] em um mundo em que a força motriz resulta da aspiração das nações soberanas por poder, a paz só poderá ser mantida por meio de dois instrumentos. O primeiro é o mecanismo auto regulador das forças sociais, que se manifesta sob a forma de luta em busca do poder na cena internacional, isto é, o equilíbrio de poder. O outro consiste nas limitações normativas dessa luta sob a roupagem do direito internacional, da moralidade internacional e da opinião pública mundial.

A Antártica é um continente 1,6 vezes maior que o Brasil; com elevado potencial de riquezas minerais³; que defronta os três grandes oceanos do planeta, em especial duas rotas marítimas importantes para o comércio internacional – a rota do Cabo e a do Estreito de Drake. É fundamental para o equilíbrio ambiental da Terra, em especial dos países do hemisfério sul. Estaria inteiramente livre da “aspiração das nações soberanas por poder” como afirmou Morgenthau? Seria, então, a vitória dos “institucionalistas” ou “idealistas”, que entendem o sistema internacional a partir da ideia de cooperação entre os homens e os Estados?

O autor entende que é a perspectiva realista que regula a relação entre os Estados no sistema internacional, e que a Antártica,

3 Sobre o potencial de riquezas minerais da Antártica, ainda não totalmente avaliado, ver relatório constante no sítio do *United States Geological Survey*. Disponível em <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/1995/9501095.pdf>, acesso em: 21 jan. 2014.

ainda numa moldura temporal difícil de prever, será motivo da cobiça e disputa internacional.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a mudança ocorrida no conceito de “entorno estratégico brasileiro”⁴, previsto na nova PND, aprovada em setembro de 2013, que diferente das políticas de 1996 e 2005, passou a incluir a Antártica.⁵

Após essas considerações iniciais, o artigo é dividido em cinco partes. Inicialmente, é feita uma síntese histórica sobre a presença de diversos países no continente antártico, incluindo o Brasil, desde os primeiros exploradores do início do século XIX até os dias atuais.

Em seguida, são apresentadas algumas considerações sobre o conceito de “entorno estratégico”, usando como referência o que está previsto na própria PND, mas sem aprofundar as diversas iniciativas brasileiras junto aos demais países que compõem essa área de interesse, como é o caso da criação da União das Nações da América do Sul, e do estreitamento de laços diplomáticos, econômicos e militares com os países limítrofes da África, em especial com os que são membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Na terceira parte, é brevemente analisada a crescente atuação na Antártica de dois importantes atores do sistema internacional, a China e a Índia, que se tornaram membros consultivos também na década de 1980, como o Brasil.

O que a inserção da Antártica no conceito de “entorno estratégico” significa, principalmente em termos de reflexão estratégica, é o tema abordado a seguir.

O autor conclui com algumas considerações sobre a questão proposta, e deixa outra pergunta para ser aprofundada em futuros trabalhos: “O que o Brasil deseja com sua presença na Antártica?”

4 Não há nos dicionários da língua portuguesa e nem mesmo no Glossário das Forças Armadas, editado pelo Ministério da Defesa, uma definição para o termo “entorno estratégico”. Dessa forma, será considerada a seguinte definição proposta pelo professor José Luiz Fiori (2013, p. 32): “região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar”.

5 Na verdade, na Política de Defesa Nacional de 1996, não aparece o termo “entorno estratégico”, mas sim, uma descrição do que na de 2005 viria a receber esse nome, pela primeira vez, em documentos oficiais ligados a Defesa.

O INTERESSE PELA ANTÁRTICA

A pesquisa científica na Antártica é a principal ferramenta para assegurar os interesses geopolíticos da Rússia neste continente. Sergey Donskoy, Ministro russo, 2014.⁶

Como pode ser observado pela declaração do ministro russo, a presença do homem na Antártica é muito mais do que a busca por novos conhecimentos científicos.

A Antártica é o continente mais inóspito do planeta. A temperatura média no verão é de -30°C, enquanto que no inverno é de -60°C. A menor temperatura já registrada foi de -89,2°C, na Estação russa de Vostok, em 1983. Cerca de 90% do continente é coberto por gelo (espessura média de 2.600 m). O vento máximo registrado foi de 327 km/h, em 1972. O continente também é o mais seco da Terra, com uma precipitação média de 150 mm por ano (tão seco como o Deserto do Saara). É o continente mais alto, com uma altitude média de 2.160 m, com 4.897 m em seu ponto culminante, no Maciço Vinson (oitava montanha do mundo em proeminência topográfica). A área total é de 13.661.000 km², maior que o Canadá, e equivalente a 1,6 vezes a área total do Brasil. A flora é constituída por líquens, briófitos e algas, que raramente ultrapassam 5 cm de altura; já a fauna, por aves e mamíferos marinhos e algumas espécies de moluscos e insetos terrestres, além de uma das mais variadas e abundantes comunidades biológicas do planeta, o chamado zooplâncton⁷. Em termos de riquezas minerais, estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial. Isso sem falar que a Antártica possui 70% da água doce do planeta.⁸

O primeiro explorador a chegar efetivamente ao continente antártico foi Fabian Gottlieb von Bellingshausen, Comandante do navio

6 Sergey Donskoy é ministro do meio ambiente e de recursos naturais da Rússia. A declaração acima foi feita por ocasião da visita que o ministro fez, em 13 de janeiro de 2014, à estação russa de Vostok, na Antártica. Uma das cinco estações permanentes da Rússia no sexto continente. De acordo com o ministro, seu país deverá gastar cerca de 30 milhões de dólares para manter seu programa antártico, em 2014. Dados disponíveis em: <http://rt.com/news/russia-antarctic-stations-exploration-541/>.

7 O krill faz parte do zooplâncton antártico e é fundamental para a cadeia alimentar dos oceanos.

8 Dados geofísicos da Antártica disponíveis em: <http://www.scar.org/information/statistics/>

russo Vostok, em 1820. Navegadores de outros países, como Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra e França, já estavam bem próximos desse feito. A exploração predatória de mamíferos marinhos foi o grande atrativo para os exploradores desse continente, durante praticamente, todo o século XIX.

Em termos de expedições científicas, somente no verão 1882/1883, foi realizado o Primeiro Ano Polar Internacional, uma iniciativa do governo Austro-Húngaro, que contou com a participação de doze países, que enviaram expedições, não apenas para a Antártica, mas, principalmente, para o Ártico. O Brasil foi convidado, mas não enviou nenhuma expedição para o sexto continente, embora o Imperador Pedro II fosse reconhecido como sendo um entusiasta pela ciência (CASTRO, 1976).

No início do século XX, surgiu a primeira reivindicação formal de território na Antártica. O Reino Unido, em 1908, reivindica uma região que chegava a incluir as Ilhas Malvinas (Falklands), estas, já ocupadas pelos britânicos desde 1833. Nas décadas seguintes, a reivindicação foi alterada para o que permanece até hoje conhecido como o *British Antarctic Territory*, separado das *Falkland Islands Dependencies*. Em seguida, reivindicaram, formalmente, territórios na Antártica, a Nova Zelândia, em 1923; a França, em 1924; a Austrália, em 1933; e a Noruega, em 1939. Interessante registrar que a Austrália e a Nova Zelândia eram colônias britânicas na época da reivindicação, o que significava que dois terços de todo o continente antártico foi reivindicado pelo Império Britânico (DAY, 2013).

Os primeiros anos daquele século também testemunharam a corrida para atingir o Polo Sul geográfico. Após diversas tentativas por parte de muitas expedições, sem sucesso, o Polo Sul geográfico foi alcançado em 14 de dezembro de 1911, pela expedição chefiada pelo norueguês Roald Amundsen (1872-1928). Os britânicos estavam na disputa, mas o Comandante Robert Scott (1868-1912), da Royal Navy, somente alcançou o polo, com sua expedição, em janeiro de 1912. No regresso, sua expedição não conseguiu sobreviver às condições meteorológicas adversas. Todos pereceram pelo caminho. O Instituto de Pesquisas Polares da Universidade de Cambridge (*Scott Polar Research Institute*), fundado em 1920, e um dos mais renomados do mundo em pesquisas relacionadas aos polos, recebeu o seu nome (DAY, 2013).

Em 29 de novembro de 1929, o oficial aviador da Marinha norte-americana, Richard Byrd consegue realizar o primeiro sobrevoo do Polo Sul. Tal evento teve grande repercussão na mídia internacional, em

especial, na dos EUA. Segundo David Day (2013, p. 252, tradução nossa), “mais importante, após noventa anos de desinteresse norte-americano pela Antártica, ele colocou a Antártica em definitivo na agenda nacional dos EUA”. A última expedição oficial norte-americana para a Antártica tinha ocorrido em 1840.

O Segundo Ano Polar Internacional foi realizado em 1932-33 (período escolhido por ser de atividade solar mínima), quando quarenta e quatro países participaram, mas dessa vez sem pesquisas efetivas na Antártica, em razão das grandes dificuldades logísticas de se manter equipes por longo tempo naquele continente (DAY, 2013).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acabou por reduzir bastante as expedições para a Antártica, mas não impediu que, em 1940, Argentina e Chile viessem a formalizar seus interesses territoriais no continente. As áreas pretendidas possuíam coincidências entre si e, em parte, com o território reivindicado pelo Reino Unido, todas considerando a importante Península Antártica como pertencendo a seus respectivos países (a grande maioria das estações científicas hoje existentes na Antártica está localizada nessa península).

Foi o início de um período de sérios problemas entre esses três países com relação a essas áreas no continente branco. A Argentina e o Chile não se entendem com relação às suas respectivas áreas, mas ambos concordam que o Reino Unido não deveria ter direito a região reivindicada, pois, segundo eles, a Península Antártica faz parte geologicamente e geograficamente da América do Sul (a área reivindicada pelo Reino Unido abrange toda a área argentina e boa parte da chilena). Diversas reuniões ocorreram entre os três países para tentar evitar maiores problemas, inclusive com a assinatura de uma declaração conjunta em 1949, renovada anualmente até a entrada em vigor do Tratado da Antártica em 1959. Pela declaração conjunta comprometiam-se os três países a não enviar navios de guerra para região. Mas em fevereiro de 1952, um destacamento da Marinha argentina impediu a tiros que a tripulação do navio britânico *John Biscoe* se aproximasse de sua posição em terra, na Península Antártica. Esse incidente foi resolvido na esfera diplomática, mas a tensão gerada pelo evento contribuiu para acelerar as discussões sobre a necessidade de ser estabelecido um regime jurídico que regulasse o relacionamento dos países em atividade naquele continente (DAY, 2013).

Ainda durante a Segunda Guerra, cabe destacar a presença de navios alemães nas águas antárticas e subantárticas, utilizando muitas

vezes as ilhas daquela região como refúgio, e para atacar navios baleeiros de outros países. O objetivo seria o óleo da baleia, que era utilizado para fabricação da nitroglicerina, importante explosivo. Os britânicos chegaram a realizar a Operação Tabarin, em 1943/44, oficialmente para combater esses navios alemães, mas, na verdade, para estabelecer uma firme posição para o Reino Unido naquela região, impedindo uma possível ação alemã, em coordenação com a Argentina, então, neutra na guerra, mas com grandes indícios de alinhamento com o regime nazista, para controlarem o Estreito de Drake (DAY, 2013).

Com a vitória na guerra, os norte-americanos e os soviéticos tornaram-se os dois atores mais importantes no sistema internacional, e a posição deles em relação à Antártica se tornou altamente relevante para o destino daquele continente. Logo ao final da guerra, os EUA, que até aquele momento não haviam se posicionado claramente em relação a pretensões territoriais na Antártica, realizaram a maior expedição já registrada na região, até hoje. A Operação *Highjump*, de agosto de 1946 a fevereiro de 1947, foi comandada pelo veterano de expedições polares, o agora Contra-Almirante Byrd, e contou com 13 navios e cerca de 4500 militares. Oficialmente, os norte-americanos desejavam apenas aumentar o conhecimento sobre a região, mas documentos revelados mais tarde, mostraram que o maior interesse seria por incrementar o treinamento em operações navais em áreas polares, pois havia uma grande preocupação com uma possível ação ofensiva por parte dos soviéticos pelo Polo Norte contra os EUA (CASTRO, 1976).

Após a Segunda Guerra, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), 125 anos após a última expedição oficial realizada pelo governo da, então, Rússia, volta a organizar um novo empreendimento à Antártica, a *Slava Flotilla* de 1946, a princípio, somente com interesses comerciais em torno da caça à baleia⁹. A URSS teria a intenção de participar em qualquer fórum de discussão sobre o destino da Antártica, pois foram eles os que primeiro chegaram efetivamente no continente, em 1820, como já mencionado. Em junho de 1950, o governo de Joseph Stalin¹⁰ enviou um memorando para todos os países territorialistas, exceto o Chile com quem não possuía relações diplomáticas, e para os EUA, ratificando essa posição. A Guerra da Coreia¹¹ acabou inviabilizando qualquer tratativa

9 BRADY, Anne-Marie (Ed.). *The Emerging Politics of Antarctica*. New York: Routledge, 2013, p.130.

10 Secretário Geral do Partido Comunista Soviético de abril de 1922 a outubro de 1952.

11 Junho de 1950 a julho de 1953.

sobre a Antártica envolvendo a URSS, no início dos anos 1950. Mas com o fim do conflito coreano e com a morte de Stalin (março de 1953), a situação evoluiu no sentido de ser dada maior atenção para as solicitações dos cientistas soviéticos que pleiteavam uma ampla participação do país no Ano Geofísico Internacional (julho de 1957 a dezembro de 1958). A URSS participou, ativamente, com a construção de duas grandes estações científicas naquele continente, uma em fevereiro de 1956, a estação Mirny, e outra em dezembro de 1957, a estação Vostok, localizada bem próxima do Polo Sul Magnético e no ponto mais remoto do continente, ou seja, o que se encontra geograficamente mais distante do litoral (DAY, 2013).

O Ano Geofísico Internacional (AGI) teve sua gênese em 1950, com a denominação de Terceiro Ano Polar Internacional, ainda somente dentro do âmbito científico, voltado para pesquisas polares. O período de julho de 1957 a dezembro de 1958 foi escolhido por ser de atividade solar máxima, situação oposta ao que ocorre no Segundo Ano Polar Internacional. Em 1953, os principais países que lideravam a organização do evento resolveram ampliar o escopo para pesquisas em várias partes do planeta, e não apenas nos Polos, alterando a denominação de Terceiro Ano Polar Internacional para Ano Geofísico Internacional. É relevante lembrar que, na época, também ocorria a corrida espacial, incluída nos eventos do AGI, que culminou com o lançamento do satélite Sputnik pela URSS, em 04 de outubro de 1957, tendo os norte-americanos lançado o Explorer I, somente em 31 de janeiro de 1958 (DAY, 2013).

Por decisão do presidente Dwight Eisenhower (presidente dos EUA de janeiro de 1953 a janeiro de 1961), a Marinha norte-americana ficou responsável por todo o apoio logístico às expedições *Deepfreeze I* (1955-56) e *Deepfreeze II* (1956-57), as duas mais importantes expedições norte-americanas ao continente, depois da *Highjump*, de 1946/47. Como resultado dessas duas expedições, em fevereiro de 1956 era inaugurada a estação científica permanente norte-americana de McMurdo, até hoje, a maior estação na Antártica, chegando a alojar nos momentos de pico do verão até 1300 pessoas entre pesquisadores e militares de apoio¹²; e em novembro de 1956, os norte-americanos construíram a estação científica permanente de Amundsen-Scott¹³, exatamente no Polo Sul Geográfico.

12 A título de comparação, a nova estação científica brasileira, em construção, após o incêndio ocorrido em fevereiro de 2012, na Estação “Comandante Ferraz”, terá a capacidade para alojar no máximo 60 pessoas.

13 A Estação, que teve seu nome em homenagem aos dois exploradores que primeiro alcançaram Polo, como já citado neste trabalho, tem a capacidade para alojar até 250 pessoas.

Em maio de 1958, a fim de estabelecer um regime jurídico único para o sexto continente, reduzir a possibilidade de conflitos entre os países que reivindicavam território, em especial, entre a Argentina e o Reino Unido, e temendo algumas iniciativas de internacionalização da Antártica (o continente passaria a ser um bem de toda a humanidade gerenciado pela Organização das Nações Unidas, como estava tentando propor a Índia), o presidente norte-americano convida outros onze países¹⁴ para participar da conferência, que, após inúmeras reuniões prévias de coordenação entre os países envolvidos, teria início em 15 de outubro de 1959, em Washington D.C. (DAY, 2013).

O Brasil não foi convidado pelos norte-americanos, e encaminhou nota diplomática de protesto ao governo daquele país, em 30 de junho de 1958. A referida nota não teve resultado concreto e o Brasil não participou da conferência. Na realidade, o país não tinha realizado nenhuma expedição à Antártica, até aquele momento, como foi o caso dos doze países participantes da reunião. A Marinha do Brasil (MB) não possuía navios adequados para operações em áreas polares, tampouco militares adestrados para a navegação naquelas águas.¹⁵ Nenhum brasileiro sequer havia estado no continente antártico até o início do AGI em 1957 – o primeiro foi o doutor Durval Rosa Borges, que por sua iniciativa, conseguiu ser convidado pelos norte-americanos, e esteve na Estação Científica de McMurdo, em fevereiro/março de 1958, tendo enviado durante a viagem diversas reportagens para a revista “Visão” e para o jornal “Correio da Manhã”¹⁶. Durante o Ano Geofísico, a MB realizou diversas pesquisas científicas, mas todas em águas jurisdicionais brasileiras, nenhuma em águas antárticas (ao sul do paralelo de 60°S, como estabelece o Tratado).

No Brasil, os primeiros artigos relevantes sobre o tema somente surgiram na segunda metade da década de 1950, quando a professora Therezinha de Castro e o professor Delgado de Carvalho, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na época subordinado diretamente a Presidência da República, escrevem para a Revista do Clube

14 África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União Soviética.

15 Para a situação material da Marinha do Brasil, na época do Ano Geofísico Internacional, ver artigo do Almirante Mario Cesar Flores publicado em História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral de Marinha, 1985, cap. 3.

16 Em 1959, o Dr. Durval Borges publica o livro “Um brasileiro na Antártida”, em que descreve suas experiências no sexto continente.

Militar, em 1956, um artigo chamado “A Questão da Antártica”. Nele, os autores defendem que o Brasil deveria reivindicar território na Antártica e usar a chamada Teoria da Defrontação¹⁷, que, supostamente, daria direito ao Brasil a parte do território antártico, considerando os meridianos que passam por Martim Vaz e pelo Arroio Chuí. Em 1957, Therezinha volta a escrever sobre o tema, dessa vez sem Delgado de Carvalho, também na Revista do Clube Militar, agora com o artigo “Antártica, o assunto do momento” (MENEZES, 1982).

No dia 01 de dezembro de 1959 foi assinado o Tratado da Antártica, que entrou em vigor em 23 de junho de 1961, após a ratificação pelos doze países que assinaram. Ele é composto por 14 artigos, dos quais podem ser destacados: o uso da Antártica para fins pacíficos (sendo proibido qualquer teste de armas, inclusive as nucleares; a instalação de bases militares ou a realização de exercícios militares); a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional; e o congelamento das reivindicações territoriais.

A década de 1970, em termos de interesse brasileiro no sexto continente, começa com um pronunciamento, em 28 de novembro de 1970, no Congresso Nacional, do deputado Eurípedes Cardoso de Menezes (foi deputado federal, pelo Estado da Guanabara, de 1955 a 1975) defendendo os direitos brasileiros em possuir território na Antártica. O deputado Eurípedes viria a apresentar um detalhado trabalho na Escola Superior de Guerra, com o título “Antártica: Interesses Nacionais”, durante seu Curso de Altos Estudos, naquela escola, em 1972, reafirmando a importância estratégica do continente para o Brasil (CASTRO, 1976).

Em 7 de setembro de 1972 foi criado o Instituto Brasileiros de Estudos Antárticos (IBEA), com sede no Rio de Janeiro, e cujo objetivo principal era a realização da primeira expedição científica brasileira à Antártica.¹⁸

17 Os critérios da defrontação, aplicados pela professora Therezinha para as possíveis pretensões brasileiras na Antártica, foram inspirados na Teoria dos Setores, proposta pelo senador canadense Pascal Poirier, em 1907, para a repartição das ilhas contidas dentro do Oceano Ártico. Tanto a Rússia como o Canadá, países com os maiores litorais voltados para o Polo Norte, adotaram o princípio, que não é plenamente aceito pelos demais países. Segundo Therezinha, aplicando esses critérios beneficiaria mais países sul-americanos, como era o caso do Uruguai, do Peru e do Equador. Argentina e Chile, que já haviam reivindicado territórios na Antártica não aceitaram, pois perderiam parte dessas terras.

18 O IBEA precisava que o governo federal considerasse a instituição como de “interesse público federal”, para que pudesse receber doações das empresas. Essa classificação somente foi dada muito tempo depois, já em 1981, quando o governo já estava em vias de enviar a primeira expedição oficial (COELHO, 1983).

Em 1973, vem acrise mundial dos preços do petróleo, que muito afetou o Brasil, na época, grande importador desse produto¹⁹. No âmbito do “clube antártico” já havia uma grande expectativa que o Tratado fosse revisto em 1991, autorizando a prospecção mineral no continente.

Entendendo que o Brasil não poderia mais permanecer fora desse “clube”, o Ministério das Relações Exteriores (MRE)²⁰ encaminha uma Exposição de Motivos ao presidente Ernesto Geisel (presidente de março de 1974 a março de 1979), em 28 de maio de 1974, para que o país aderisse ao Tratado.

Em 16 de maio de 1975²¹, o presidente Geisel assina o Termo de Adesão ao Tratado, encaminhado ao governo norte-americano, que era o país depositário. Mas o Brasil somente poderia ter sua adesão como membro consultivo com direito à voto ratificada, pelos demais membros consultivos, depois de realizadas pesquisas científicas na região.

Em dezembro de 1982, teve início a primeira expedição científica brasileira à Antártica, com os navios “Barão de Teffé”, da Marinha do Brasil e “Professor Besnard”, da Universidade de São Paulo. Naquele mesmo ano foi aprovado o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), que é coordenado, até hoje, pela Marinha do Brasil por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (SECIRM), em coordenação com os Ministérios de Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores e o do Meio Ambiente, entre outros, que também participam da Comissão.

Em setembro de 1983, o Brasil foi aceito como membro consultivo aderente do Tratado Antártico, passando a ter direito a voto nas reuniões. Em fevereiro de 1984, ficou pronta a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Em 1991, os países membros do Tratado se reuniram e celebraram o Protocolo sobre Proteção Ambiental do Tratado da Antártica (Protocolo de Madrid), que complementa o já previsto no Tratado, e posterga, para

19 O Brasil importava 80% do petróleo que consumia e os gastos com importação saltaram de cerca de 700 milhões de dólares em 1973 para mais de 2 bilhões de dólares em 1974. Dados extraídos da palestra proferida pelo engenheiro Elie Abadie da Petrobrás, na Escola de Guerra Naval, em 07/08/2013, por ocasião do Seminário de Geopolítica do Petróleo.

20 O embaixador Saraiva Guerreiro foi ministro de relações exteriores no governo Geisel.

21 Segundo Castro (1976), a demora pela decisão brasileira foi, principalmente, pela crise entre o Brasil e a Argentina a respeito da construção da hidrelétrica de Itaipu, assinada com o Paraguai em 1973. A diplomacia brasileira entendeu, em 1974, que valeria a pena aderirmos, mas o presidente só concordou em 1975.

mais cinquenta anos, a decisão sobre a exploração mineral no continente, tema de grande polêmica durante a reunião, e que vinha sendo discutido pelos países membros, em particular nos anos das grandes crises do petróleo, em 1973 e 1979. Após a ratificação por todos os países membros consultivos, o Protocolo de Madrid entrou em vigor em 1998.

Portanto, está prevista apenas para 2048, a volta da discussão sobre possíveis explorações minerais na Antártica, quando por decisão da maioria de $\frac{3}{4}$ dos Estados que eram Partes Consultivas na ratificação, pode ser alterado o atual regime que veda a exploração mineral. Antes disso, somente com a concordância de todos os membros consultivos (FERREIRA, 2009).

O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Estratégia precisa ser entendida como um plano geral para o emprego da coerção armada – em conjunto com a economia, diplomacia e outros instrumentos de poder – a fim de dar apoio à política externa de maneira mais eficiente. Robert Osgood (trad. nossa).²²

A definição de estratégia como proposta pelo professor Osgood vai ao encontro do que já foi mencionado na introdução deste trabalho como sendo o entendimento do que significa “entorno estratégico” para o professor Fiori, em que as dimensões militares, diplomáticas e econômicas do poder nacional atuam de maneira coordenada em benefício dos interesses do país.

Antes de iniciar propriamente a discussão sobre o “entorno estratégico”, seu significado e surgimento nos documentos de defesa do Brasil, cabem algumas considerações sobre a própria Política de Defesa Nacional (PDN)²³.

A PDN é, segundo o Glossário das Forças Armadas (2007, 4. ed.), uma “Política de Estado, voltada para ameaças externas, que tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação e, também, orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos

22 Citação retirada do livro de John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen e Colin Gray (org.), *Strategy in the Contemporary World*. 4 Ed. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 5.

23 Em 1996 e 2005, o documento levou o nome de Política de Defesa Nacional (PDN). Somente a nova de 2012 é que passou a se chamar Política Nacional de Defesa (PND).

setores civil e militar, em todos os níveis e esferas de poder”.

Aqui se observa que a PDN, por definição, não é uma política a ser cumprida apenas pelos militares, mas por toda a sociedade brasileira.

Na PDN de 1996, não constava a expressão “entorno estratégico”, propriamente dita, mas no seu subitem 2.7 já se podia encontrar uma primeira aproximação para esse novo conceito:

Para o Brasil, país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do **espaço regional** extrapola a massa continental sul-americana e inclui também, o Atlântico Sul (grifo nosso).

Sobre a Antártica, apenas uma breve menção no item 5, Diretrizes, alínea s: “promover o conhecimento científico da região antártica e a participação **ativa** no processo de decisão de seu destino” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Estava no governo o presidente Fernando Henrique Cardoso, e o Ministério da Defesa ainda nem havia sido criado²⁴. A elaboração da PDN foi coordenada pelo Estado-Maior das Forças Armadas em conjunto com os ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, mas teve no general Alberto Cardoso, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o principal responsável por sua elaboração, sem uma ampla consulta a outros setores da sociedade, como as Universidades, por exemplo (SANTANA, 2007).

Mesmo “permeada por ambivalências entre realismo e idealismo [...] ambígua quanto à competência de sua execução por diplomatas, instituições civis e militares” (CERVO e BUENO, 2010, p. 504), foi um importante documento para se “temperar o idealismo kantiano da diplomacia brasileira” (2010, p. 502) e por incluir o tema da Antártica também dentro de uma agenda de Defesa Nacional.

“Entorno Estratégico” surge pela primeira vez em documentos oficiais na Política de Defesa Nacional de 2005, em seu subitem 3.1:

O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação,

24 O primeiro ministro da Defesa do Brasil foi o político Élcio Álvares, de junho de 1999 a janeiro de 2000, ainda no governo do presidente Fernando Henrique.

o País visualiza um **entorno estratégico** que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países lindeiros da África (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Ou seja, a área de interesse onde o Brasil deve priorizar suas ações nos campos diplomático, econômico e militar é composta pelos países da América do Sul, os países lindeiros da África e o próprio Atlântico Sul. Mas quais seriam exatamente esses “países lindeiros da África”?

No documento existem outras considerações que merecem destaque, como no subitem 3.3, quando são relacionados diversos processos que contribuem para “reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico”, por exemplo, “a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul” (ZOPACAS)²⁵. Talvez aqui tenha a resposta para a questão levantada no parágrafo anterior. Pode-se, então, considerar como “países lindeiros da África” aqueles que fazem parte da ZOPACAS? Consideramos que essa definição precisa estar clara, para que os níveis estratégico e operacional possam fazer seus planejamentos sabendo exatamente o que o nível político deseja.

Outro ponto também relevante é mencionado no subitem 3.4, em que é deixado claro que “a segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região onde está inserido”.

Um continente antártico mantido dentro do previsto no Tratado de 1959, livre de conflitos ou instabilidades, vem ao encontro do que foi colocado na PDN, aumentando a segurança do Brasil.

Sobre a Antártica, especificamente, a PDN de 2005 não trouxe novidades, elegendo como uma de suas diretrizes estratégicas: “participar ativamente nos processos de decisão do destino da região Antártica” (PDN, 2005, item 7), bem similar ao já constante na PDN de 1996.

Em 2005, já existia o Ministério da Defesa, sendo ministro o vice-presidente da República José Alencar, que, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acumulava as duas funções. Para a elaboração da nova PDN foram realizadas diversas consultas a outros setores da sociedade, como foi o caso do seminário “Política de Defesa para o Século

25 A ZOPACAS surgiu em 1986 por iniciativa do Brasil, que levou à Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Formada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul, tem como objetivo maior a manutenção da região como uma zona livre de conflitos e de armas nucleares ou outras armas de destruição em massa. Mais dados sobre a ZOPACAS, disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/mesa-redonda-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-brasilia-6-e-7-de-dezembro-de-2010>.

XXI”, ocorrido em agosto de 2002, na comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do ciclo de palestras iniciado em setembro de 2003, na cidade de Itaipava – RJ, ainda na gestão do então ministro da defesa José Viegas (SANTANA, 2007).

Já a Política Nacional de Defesa (PND) de 2012, também amplamente debatida por diversos setores da sociedade, aprovada pelo Congresso em setembro de 2013, traz a inclusão da Antártica como parte do entorno estratégico brasileiro:

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a **Antártica** (PND, 2012, subitem 4.1, grifo nosso).

Aqui, também se vislumbra outra questão a ser definida pelo poder político. O Brasil deve exercer sua influência e sua liderança em todo o continente antártico ou somente em parte dele? Talvez, somente no setor que defronta o Atlântico Sul, mas isso não está claro nos documentos da Defesa. A questão relativa a quais seriam os “países limítrofes da África”, já levantada neste trabalho, também não é esclarecida na PND 2012.

Como este artigo tem seu foco na inclusão da Antártica no conceito de “entorno estratégico”, cabe mencionar que entre os onze objetivos nacionais de defesa²⁶ contidos na PND 2012, pode-se, talvez, encaixar o caso da Antártica em dois deles:

II: “defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior”;

VI: “intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais (PND, 2012, item 6).

O Brasil por ser signatário do Tratado Antártico e possuir uma estação científica permanentemente ocupada naquele continente, pode considerar a participação na defesa da Antártica como sendo do interesse nacional. Também, caso seja necessário, entende-se que as Forças Armadas brasileiras devem estar prontas para atuar naquele continente, a fim de garantir os bens materiais, o pessoal e os interesses brasileiros

26 A PDN 2005 já mencionava seis objetivos da defesa nacional, mas preferimos mencioná-los nesta parte do trabalho, pois foi somente na PND de 2012 que a Antártica entra, claramente, como fazendo parte de nosso entorno estratégico.

naquele continente.

Em mais nenhuma parte do texto da PND 2012 é mencionada a Antártica, especificamente. Todo o item relativo às diretrizes estratégicas, que constava da PND 2005, foi suprimido dessa nova versão, e colocado em outro documento, a Estratégia Nacional de Defesa (END), que teve sua primeira edição em 2008, e que também sofreu uma revisão em 2012, sendo aprovada pelo Congresso Nacional juntamente com a nova PND e o Livro Branco de Defesa, em setembro de 2013.

Considerando ser a PND o documento de mais alto nível sobre a Defesa Nacional, e sendo a Antártica uma área de interesse que envolve outros Estados, julga-se que seria oportuna a inclusão de uma orientação específica fazendo referência aos compromissos assumidos pelo Brasil junto aos demais membros do Tratado Antártico. Por exemplo, sobre a manutenção do continente livre da presença de forças armadas (exceto para apoio logístico às pesquisas, como previsto no Tratado) e da realização de exercícios militares, bem como de testes com qualquer tipo de armamento, inclusive, os nucleares.

Dessa forma, o Brasil deixaria claro para a comunidade internacional que a inclusão da Antártica como parte de seu “entorno estratégico”, não foi por acaso e está coerente com a definição proposta pelo professor Fiori. O Brasil considera o sexto continente como uma região onde quer “irradiar sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar”.

A CHINA E A INDIA NA ANTÁRTICA

Nesta quarta parte foi escolhido dar ênfase para a presença da China e da Índia na Antártica, por serem dois dos maiores atores do sistema internacional, e que, segundo o *Global Trends 2030*²⁷, serão, juntamente com os EUA, os três países mais poderosos do mundo em 2048 (ano de uma possível revisão do tratado quanto ao tema da exploração mineral).

A China poderia ter feito parte dos países que celebraram o Tratado da Antártica em 1959, mas os planos do país em participar com expedições ao sexto continente durante o Ano Geofísico Internacional de 1957/58 foram frustrados pela direta influência dos EUA. Somente com a

27 O Relatório *Global Trends 2030* foi publicado pelo *National Intelligence Council* dos EUA em dezembro de 2012. Disponível em: <http://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf>

mudança de posicionamento norte-americano em relação aos chineses, na década de 1970, é que a China iniciou seus preparativos para enviar sua primeira expedição, que ocorreu no verão de 1984/85 (BRADY, 2013).

Em 1985, o país foi aceito como membro consultivo com direito a voto.

Desde 2008, o Programa Antártico chinês é subordinado ao Ministério da Terra e dos Recursos Naturais, sendo o Instituto de Pesquisas Polares o órgão que diretamente coordena as expedições, incluindo a manutenção das estações científicas e do navio quebra gelo “XueLong”.

Embora tenha iniciado após o Brasil, a China já possui três estações no continente, sendo duas de ocupação permanente:

- Great Wall Station (1985), com capacidade máxima para 80 pessoas;

- Zhoughshan Station (1989), com capacidade máxima para 60 pessoas; e

- Kunlun Station (2009), que somente é operada no verão, com capacidade máxima para 24 pessoas. Cabe ressaltar, que Kunlun fica a 4087 metros de altitude, sendo a estação científica mais elevada da Antártica.

Por ocasião da trigésima expedição chinesa, iniciada em 7 de novembro de 2013, foi finalizada a construção da quarta estação, chamada de Taishan, que será operada apenas durante os verões antárticos. Nessa mesma expedição foi avaliado o local para a construção de uma quinta estação.²⁸

O programa antártico chinês, acompanhando o crescimento econômico do país, teve um significativo aumento em seu orçamento, tendo chegado a US\$ 44 milhões (quarenta e quatro milhões de dólares), em 2010, o que corresponde ao quinto maior orçamento entre os programas antárticos. Perde apenas para os orçamentos dos EUA, da Austrália, do Reino Unido e da Rússia, naquele ano. Segundo Brady (2013, p. 31), o orçamento do programa antártico chinês já atingiu US\$55 milhões (cinquenta e cinco milhões de dólares) em 2012.

Sendo a China, a maior importadora mundial de diversos minerais, e também o maior importador de petróleo; possui a maior população do mundo, com 1.4 bilhões de habitantes; e ainda possui a maior parte de sua população com níveis bem baixos de consumo de energia; é esperado que o país aumente cada vez mais sua busca por novas fontes dos minerais estratégicos de que necessita.²⁹

28 Dados sobre a construção da quarta estação chinesa disponíveis em: http://usa.chinadaily.com.cn/china/2013-12/19/content_17183339.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

29 Dados sobre o consumo e importação de energia por parte da China e da Índia, disponíveis em: <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=14691>. Acesso em 24 de janeiro de 2014.

Como outro ator importante que deve ser acompanhado pelo Brasil, no que diz respeito aos interesses na Antártica, a Índia possui, atualmente, a segunda maior população do mundo, com cerca de 1.2 bilhões de habitantes, sendo mais da metade ainda morando fora das cidades, ou seja, com menor consumo relativo de energia. A expectativa é que em 2050, a população indiana já seja a maior do mundo, com cerca de 1.6 bilhões de habitantes, e uma necessidade de recursos naturais ainda maiores do que os já demandados, atualmente.³⁰

A Índia importa o dobro do petróleo que produz. Considerando as reservas do país e o consumo, a expectativa é que a necessidade de petróleo para a Índia aumente bastante nos próximos anos, pois mais de 50% de sua população ainda vive no campo, com baixos índices de consumo de energia, em comparação aos países mais desenvolvidos.

O programa antártico da Índia, que teve início em 1981, com a primeira expedição ao continente antártico, é de responsabilidade do *National Centre for Antarctic and Ocean Research* (NCAOR), órgão do Ministério da Ciência da Terra. O país foi aceito como membro consultivo ao Tratado Antártico, em 1983, juntamente com o Brasil.

A Índia considera a Antártica como uma de suas áreas marítimas de interesse, como previsto na Estratégia Marítima daquele país³¹. A justificativa dos indianos, de acordo com o documento, é pela necessidade de acompanhar os dados meteorológicos do continente antártico, que influenciam o regime de monções³². A primeira estação científica indiana ficou pronta em 1983, e chamou-se de Dakshin Gangotri. A segunda estação ficou pronta em 1989, e chama-se de Maitri. Em 1990, a estação de Dakshin passou a ser apenas um depósito para apoio às expedições indianas.

A estação científica de Bharathi ficou pronta no verão antártico de 2012-2013, e como a de Maitri, é permanentemente ocupada.

30 Dados sobre a projeção da população mundial disponíveis em: http://esa.un.org/wpp/Documentation/pdf/WPP2012_%20KEY%20FINDINGS.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

31 Estratégia Marítima da Índia, lançada em 2007, disponível em: http://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/maritime_strat.pdf. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

32 As monções são sistemas de ventos cujo sentido se inverte sazonalmente. A Índia é o local no mundo cujo clima é mais marcado pelas monções, pois reúne as condições mais propícias à sua ocorrência. Como mais de 50% da população ainda vive da agricultura, o regime das chuvas (monções de verão, entre junho e agosto) é fundamental para a economia do país. Disponível em: http://www.nrlmry.navy.mil/forecaster_handbooks/MetPhenomenaArabianSea/Meteorological%20Phenomena%20of%20the%20Arabian%20Sea.2.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

Em 2010, o custo estimado do programa antártico da Índia era de US\$33 milhões (trinta e três milhões de dólares), já sendo o sexto maior orçamento de todos os países que possuem estações no continente (BRADY, 2013).

A posição da Índia nos fóruns internacionais ainda é fortemente pela preservação ambiental do continente antártico, sendo contrária a qualquer iniciativa de exploração comercial. Entretanto, considerando a forte dependência indiana pelo petróleo, e a importância da Antártica para o clima no país, esse posicionamento pode vir a ser alterado num futuro não muito distante.

CONSEQUÊNCIAS PARA O BRASIL

Nesta última parte do trabalho, pretende-se explorar um pouco mais o que significa na prática essa inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro.

Como citado por Baylis e Wirtz, “os Estados somente cumprirão os tratados quando lhes convier, e os desconsiderarão quando seus interesses estiverem ameaçados” (2013, p.8, trad. nossa).

A Antártica, hoje, encontra-se sob o regime do Tratado Antártico, “um conjunto de normas e princípios criado por atores politicamente racionais, que optaram pela cooperação e pela paz antes de ter de optar pela escolha, menos racional, de chegar a um conflito em época de Guerra Fria” (VILLA, 2004, p. 151).

Mas até quando se pode prever que os países respeitarão o contido nesse tratado, e não iniciarão a exploração das riquezas minerais lá existentes?

Como deixa claro o professor Klare (2012, pp. 14-15, trad. nossa):

Os líderes dos países e das grandes empresas estão mais do que conscientes de que as reservas conhecidas de diversos recursos naturais vitais estão diminuindo e ações urgentes são necessárias para que seus respectivos países e empresas continuem possuindo os recursos suficientes para suas sobrevivências. Eles estão determinados a por em prática qualquer medida nas próximas décadas para repor as reservas existentes por novas reservas.

O Brasil possui uma considerável quantidade de riquezas naturais, incluindo diversos minerais estratégicos, petróleo e água. Portanto, não

parece que o país *precisa* explorar esses recursos na Antártica, pelo menos num horizonte de tempo previsível.

Para o País, a importância da Antártica estaria mais ligada a outros aspectos, como o ambiental, principalmente, e o estratégico-militar, em um segundo plano.

O ambiental fica por conta da influência meteorológica da Antártica no clima brasileiro, de grande impacto para o agronegócio do país, além da corrente marítima fria que é responsável pela fertilização das águas do litoral brasileiro. Nas palavras do professor Jefferson Simões,

A Antártica, antes de tudo, é importante porque é parte essencial do sistema clima. É o principal sorvedouro de energia [...] Ela coordena toda a circulação atmosférica e oceânica; 80% das águas frias dos oceanos são formadas embaixo de gelo da Antártica [...] as frentes frias, ou frentes frias que entram de tempos em tempos [em nosso país], são formadas no Oceano Austral ao redor da Antártica. Compreender o papel da Antártica no meio ambiente global é essencial para a preservação ambiental, previsão meteorológica e climática, preservação dos recursos marinhos renováveis.***

Uma alteração significativa no meio ambiente antártico em razão de uma possível mudança nas regras atuais que proíbem a exploração mineral, pode trazer grandes impactos negativos para o clima brasileiro. O baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas do país, bem como as cheias do Rio Madeira, são dois exemplos correntes do que o clima pode trazer de prejuízos para economia brasileira.

Como valor estratégico-militar para o Brasil, deve-se ressaltar que a Antártica defronta duas rotas importantes para o transporte marítimo brasileiro, que é responsável por 90% do comércio exterior do país. O maior parceiro comercial brasileiro, atualmente, é a China, e tem crescido o comércio com a Índia, com enorme potencial para aumentar, considerando os laços em fóruns como o IBAS³³ e como o BRICS³⁴. Os

*** O professor Jefferson Cardia Simões, da UFRGS, é o pesquisador líder do Programa Antártico brasileiro. No verão 2011/2012 liderou uma expedição científica brasileira que chegou a 670 km do polo sul geográfico, estabelecendo um módulo de pesquisas científicas, chamado Criosfera I, a 2500 km da Estação Antártica “Comandante Ferraz”. Citação retirada de entrevista concedida em 09 de janeiro de 2014, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/527084>. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

33 O IBAS foi estabelecido em 2003, e é composto pela Índia, Brasil e África do Sul.

34 Ideia concebida pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudo de 2001. Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS.

navios transportando nossos produtos passam pelo Estreito de Drake, em direção à China, além de para outros países do Oceano Pacífico; e pela Rota do Cabo, em direção ao Oceano Índico e Golfo Pérsico. O Brasil é o sexto mais próximo geograficamente do continente antártico, o que ainda conta em termos de relevância militar.

A Marinha do Brasil, que por suas características de mobilidade e de permanência, apresenta-se como a Força vocacionada para empreender uma eventual defesa dos interesses brasileiros na Antártica, deve estar preparada em termos de meios materiais e treinamento específico para fazê-lo, caso seja necessário. A incorporação dos submarinos nucleares à Esquadra brasileira, como previsto no plano de reaparelhamento daquela Força, para iniciar na próxima década, em muito poderá contribuir para dissuadir outros Estados a romperem com o previsto no Tratado da Antártica, pelo menos nos setores daquele continente que interessam diretamente o Brasil, ou seja, aqueles que defrontam o Atlântico Sul. Segundo Flores (2002, p. 69),

[...] ressalta-se como importante a capacidade de intranquilizar tanto o vetor da ameaça – por exemplo, com submarinos, no caso do vetor marítimo, missão particularmente adequada aos submarinos de propulsão nuclear, melhor capacitados para exercê-la distante com boa mobilidade operacional.

O cenário prospectivo mais provável para a Antártica, no nosso entendimento, é que, em 2048, quando o tema da exploração mineral puder ser contestado por maioria simples dos membros com direito a voto, ou talvez até mesmo antes desse ano, a China e a Índia - países que estarão, juntamente com os EUA, entre os três mais ricos do planeta³⁵, ainda com as maiores populações, considerável poder militar para impor suas decisões geopolíticas e ainda mais dependentes de recursos minerais estratégicos - exercerão seu poder de influência, para impor o início da exploração comercial dos recursos estratégicos, mesmo que contra o desejo da comunidade internacional, em especial, dos ambientalistas.

Hoje, em função do que está previsto no tratado de 1959, a Antártica está “protegida” em termos de operações militares, bem como

35 Projeções da economia mundial em 2050, disponíveis em: https://www.pwc.com/en_GX/gx/world-2050/assets/pwc-world-in-2050-report-january-2013.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

da instalação de bases militares e testes de armas, mas não quer dizer que a situação não possa mudar no futuro.

O Brasil está em processo de reconstrução da EACF, após o acidente de fevereiro de 2012, que vitimou dois militares. O programa antártico brasileiro prosseguiu por meio da instalação de módulos antárticos emergenciais e por conta das pesquisas conduzidas a bordo dos dois navios da Marinha, o Navio Polar “Almirante Maximiano” e o Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”. A nova estação deverá estar prontificada no verão 2015/2016.³⁶

Não há, até o momento, planos do governo federal para a construção de uma segunda estação científica, por exemplo, mais no interior do continente. Nesse caso, seria importante uma estação com sua própria pista para operação das aeronaves de transporte da Força Aérea brasileira (FAB), não apenas para melhor apoiar as pesquisas científicas, mas, principalmente, para consolidar a presença brasileira na Antártica.

Desde o início da operação da EACF, em 1984, que o Brasil é apoiado pela base chilena “Presidente Eduardo Frei”, onde pousam as aeronaves C-130 da FAB que participam do PROANTAR³⁷. Ter a possibilidade de conduzir o programa antártico brasileiro sem precisar depender do apoio logístico de outro Estado é do ponto de vista estratégico-militar, uma ação, no mínimo, prudente.

Com a inclusão da Antártica, na nova PND, como parte do entorno estratégico brasileiro, parece razoável que as autoridades brasileiras, incluindo os militares, comecem a planejar os próximos passos do programa antártico, tendo uma visão mais estratégica, considerando o status que o país almeja no cenário internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população mundial encontra-se em crescimento, com previsão de atingir 9,5 bilhões de pessoas em 2050³⁸, com as camadas sociais mais

36 Nova data de prontificação da estação científica “Comandante Ferraz” disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/12/1390047-inauguracao-de-nova-base-na-antartida-e-adiada-para-2016.shtml>

37 O Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Transportes da FAB é a unidade aérea responsável por esse apoio logístico ao PROANTAR. O primeiro pouso de uma aeronave brasileira na Antártica ocorreu em 23 de agosto de 1983, na pista da base chilena “Presidente Eduardo Frei”. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/xxiiiirapal/di-36.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

38 Projeções da população mundial retirado do sítio das Nações Unidas. Disponível

pobres de diversos países aspirando pelo mesmo nível de conforto dos mais desenvolvidos. Essa necessidade acabará demandando uma maior quantidade de energia, de minerais estratégicos, de alimentos, e por que não dizer, também, de água.

E de onde sairão esses recursos naturais?

Tal disputa poderá como já ocorreu em tantas outras disputas por recursos entre os Estados (comona partilha do continente africano no final do século XIX), redundar em conflitos armados, e em especial, pela ocupação física do território antártico. O aumento pelo interesse pelo Oceano Ártico, não apenas em termos de novas rotas de navegação, mas também em termos de exploração de seus recursos naturais, nos dá indícios do que pode vir a ocorrer na Antártica num futuro não muito distante.

Nenhum dos sete países que reivindicavam territórios na Antártica, antes da assinatura do tratado em 1959, abriu mão de seus direitos até o momento.

Mesmo que o Brasil mantenha seu posicionamento a favor da preservação da Antártica, livre da exploração mineral, nada impede que outros Estados tentem romper com essa posição ambientalista em favor de seus interesses.

Ao inserir a Antártica como parte do entorno estratégico brasileiro, na nova Política Nacional de Defesa (2013), entende-se que foi corretamente reconhecida pelos dirigentes e legisladores a importância estratégica desse imenso continente para o Brasil.

Entretanto, julga-se que o país precisa debater com mais profundidade o tema Antártica, não apenas do ponto de vista da pesquisa científica (fenômenos climáticos, biologia, oceanografia, entre outros), mas também do ponto de vista da defesa e da segurança. E é dentro desse contexto do debate, que consideramos fundamental a participação de toda a sociedade, principalmente, por meio dos institutos e centros de estudos estratégicos.

Espera-se que o aumento da massa crítica de pensadores dos Estudos Estratégicos tratando com maior rigor científico os temas de interesse nacional possam ser indutores das políticas adequadas à melhor preparação do poder militar brasileiro, conhecendo-o e melhor capacitando-o para alcançar e defender os objetivos políticos brasileiros para o século XXI, inclusive a defesa dos interesses do Brasil na Antártica.

Por fim, deixa-se em aberto para futuros trabalhos a seguinte pergunta: “O que o Brasil deseja de sua presença na Antártica?”

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Secretaría del Tratado Antártico. *Parties*. [Site]. C2011. Disponível em: <http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e>. Acesso em: 4 jan. 2014.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. Introduction. In: BAYLIS, John et al. (Org.). *Strategy in the contemporary world*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORGES, Durval R. *Um brasileiro na Antártida*. São Paulo: Sociedade Geográfica Brasileira, 1959.

BRADY, Anne-Marie (Ed.). *The Emerging Politics of Antarctica*. New York: Routledge, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. [2005]. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. [Site]. [200-?]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais>>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

CASTRO, Therezinha. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

CASTRO, Therezinha. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

CHINA. Polar Research Institute of China (PRIC). [Site]. C2007-2012. Disponível em: <<http://www.polar.gov.cn/en/index/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CHINESE Arctic and Antarctica Administration [Site]. [200-?]. Disponível em: <<http://www.chinare.gov.cn/en/index.html>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

COELHO, Aristides P. *Nos Confins dos três mares... a Antártida*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1983.

COMISSÃO PARA OS RECURSOS DO MAR (Brasil). *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. [Site] Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/secirm/proantar.html>>. Acesso em: 3 jan. 2014.

DAY, David. *Antarctica*. New York: Oxford University Press, 2013.

DOAN, David B. The mineral industry of Antarctica. *U.S. Geological Survey: Minerals Information*. Disponível em: <<http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/country/1995/9501095.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

FERREIRA, Felipe R. G. *O sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2009.

FIORI, J. L. O Brasil e seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI. In: SADER, Emir. (Org.) *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

FLORES, Mário César. *Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional*. São Paulo: É Realizações, 2002.

INDIA. Ministry of Earth Sciences. National Centre for Antarctic and Ocean Research (NCAOR). [Site]. [200-?]. Disponível em: <<http://www.ncaor.gov.in/>>. Acesso em: 20 jan. de 2014.

KLARE, Michael T. *The race for what's left: the global scramble for the world's last resources*. New York: Metropolitan Books, 2012.

MENEZES, Eurípedes Cardoso. *A Antártica e os desafios do futuro*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982.

METRI, Mauricio. *A perda de autonomia do Brasil no "entorno estratégico"*. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/mauricio-metri>-

a-perda-de-autonomia-do-brasil-no-entorno-estrategico.html>. Acesso em: 14 jan. 2014.

NASSER, Reginaldo M.; MORAES, Rodrigo F. *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico*: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL (U.S.). *Global Trends 2030: alternative worlds*. Dec. 2012. Disponível em: <<http://globaltrends2030.files.wordpress.com/2012/11/global-trends-2030-november2012.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

REINO UNIDO. Committee of International Council for Science. The Scientific Committee on Antarctic Research. [Site]. [2014]. Disponível em: <<http://www.scar.org/information/statistics/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SANTANA, Vagner. *Leitura crítica do discurso da Política de Defesa Nacional*. Dissertação (Mestrado em Linguística)– Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2007.

SHEEHAN, Michael. The evolution of modern warfare. In: BAYLIS, John et al. (Org.). *Strategy in the contemporary world*. 4. ed. New York: Oxford, 2013.

UNITED STATES. Energy Information Administration. [Site]. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

VILLA, Rafael Duarte. *A Antártida no sistema internacional*. São Paulo: Hucitec, 2004.

Recebido em: 10/02/2014

Aceito em: 16/12/2014